

Dando boas-vindas aos indesejáveis

René Decol*

Jeffrey Lesser. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro, Imago, 1995, 372p.

A idéia do Brasil como uma impecável democracia racial nasceu na década de 50, quando o país precisava projetar uma imagem que se adequasse ao novo alinhamento de poderes do pós-guerra. Os brasileiros haviam lutado junto com as tropas aliadas na Europa, e o Brasil era visto pelos Estados Unidos como um potencial parceiro estratégico para sua geopolítica mundial.

A idéia de democracia racial era muito adequada: por um lado, o país projetaria uma dimensão democrática, apagando os resquícios ainda recentes da ditadura de orientação fascista do Estado Novo; depois, sua população, formada ao longo de quatro séculos de colonização, era um *melting pot* de portugueses, negros e índios, e que, recentemente, recebera ainda um novo e poderoso influxo de imigrantes europeus e asiáticos. Nada melhor do que a imagem de uma nação onde diferentes raças e etnias conviviam harmoniosamente.

O mito serviria ainda para neutralizar a força das idéias racistas que, a partir do começo do século, tiveram enorme repercussão no Brasil. Derivadas de concepções provenientes do darwinismo social ensinado nas escolas de Direito, e difundidas pela elite branca brasileira, concepções raciais haviam colocado o

país sob o signo de um virtual *apartheid*. A imagem da democracia racial deveria varrer esse passado sombrio para a lixeira da história.

O mito da democracia racial tinha ainda outra utilidade: apagar os rastros racistas do próprio Getúlio. A retórica anti-semita floresceu durante o Estado Novo, fruto do seu breve namoro com a Alemanha nazista e com a Itália fascista. De uma hora para outra, a comunidade judaica que começara a se instalar no país a partir do começo do século, e que crescera numericamente com alguma intensidade durante os anos 20, passou a ser hostilizada pelo regime Vargas.

A emergência da "questão judaica" durante o Estado Novo, a que Nelson Werneck Sodré apropriadamente denominou de uma "das páginas mais negras da nossa história", tem sido abordada por trabalhos recentes, dentre os quais se destacam o de Maria Luiza Tucci Carneiro, *O anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)*, e o de Avraham Milgram, *Os judeus do Vaticano: a tentativa de salvação de católicos não-arianos da Alemanha no Brasil*.

No ano passado foi a vez de Jeffrey Lesser, um historiador americano que teve como orientador Warren Dean, o papa dos brasilianistas, dar a sua contri-

* Doutorando em Demografia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

buição, com o seu impecável *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Seu maior mérito: o trabalho é fruto de pesquisas exaustivas, em mais de uma dezena de fontes internacionais. Como os judeus que aqui chegaram vieram de dezenas de lugares diferentes, o quadro inteiro da questão, incluindo as pressões dos governos dos Estados Unidos e da Inglaterra para que Getúlio Vargas "tratasse com mão menos pesada" a questão judaica, só pode emergir de um enfoque internacional. Lesser pesquisou em arquivos históricos de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Cincinnati, Berlim, Jerusalém e Londres, dentre outros. Revirou os arquivos do Itamaraty, onde até muito recentemente era vedado o acesso de pesquisadores aos documentos sobre a célebre Circular Secreta 1.127, que impedia a entrada de judeus no Brasil. Além de colocar a questão do anti-semitismo tupiniquim na perspectiva das relações internacionais, o autor situa o problema dentro da história migratória dos judeus.

Para o demógrafo, o livro de Lesser tem este grande mérito. O ciclo da migração judaica para o Brasil ocorreu mais tarde do que as principais correntes de imigração internacional que chegaram ao país a partir de fins do século passado. Por isso, a história da colonização judaica (ao contrário da colonização italiana, por exemplo) ainda está para ser contada. Lesser teve de preencher parte desta lacuna, organizando o material disponível sobre a presença da comunidade no país. Há muitos estudos pontuais, mas um panorama consolidado ainda não apareceu.

Após desenhar, pelo menos em largos traços, este panorama, Lesser se concentra no aparecimento da "questão judaica", a partir de 1937, início do Estado Novo, quando Vargas e seus assessores procuravam macaquear os nazistas. O surto de anti-semitismo que subitamente tomou conta de parte da burocracia estatal brasileira ocorreu num momento

dramático para os judeus. Com a tomada do poder na Alemanha pelos nazistas, encontrar um refúgio fora da Europa passou a ser uma questão de vida ou morte para milhões de judeus, num momento em que poucos países se dispunham a aceitá-los.

Lesser descreve os primórdios do estabelecimento de uma colônia judaica no país e mostra como o crescimento da sua presença passou a ser visto por setores da sociedade brasileira como uma ameaça. No parlamento e na imprensa, discursos inflamados denunciavam a entrada ilegal no país de centenas de milhares de judeus. Os anti-semitas tupiniquins começaram a divulgar a versão de que, se nada fosse feito para impedi-los, os judeus fugidos da Europa invadiriam o Brasil em massa.

Aproximava-se o recenseamento populacional de 1940, que por uma dessas ironias da história foi organizado por Giorgio Mortara, judeu italiano que perdeu o emprego público com a ascensão do fascismo. Mortara era editor do conceituado *Giornale degli Economisti e Rivista de Statistica*, e foi afastado de seu cargo em 1938. Foi convidado a vir ao Brasil pelo então diretor do IBGE, José Carlos Macedo Soares, e nomeado coordenador do Censo de 1940.

O censo coordenado por Mortara, que viria a ser um marco em termos de modernização dos levantamentos censitários brasileiros, reproduziu em seu questionário a pergunta sobre religião que já havia aparecido em censos anteriores. Até que ponto a manutenção da pergunta e a numeração independente da categoria "judeus" teriam sido um reflexo da preocupação com o crescimento da presença deste grupo no Brasil? A pergunta é legítima, pois o número de judeus já residindo no país era um dos pontos centrais da discussão. Sendo Mortara judeu, é pouco provável que não tenha estado a par do problema. "Os anti-judeus", escreve Lesser,

"concentravam suas baterias sobre um número presumivelmente alto de refugiados que teriam entrado ilegalmente no país. Embora algumas estimativas colocassem o número destes na casa dos dois mil, muitos repetiam números incrivelmente mais altos. Vaz de Mello, diretor do Serviço de Passaportes, declarou que, entre 1934 e 1937, quarenta mil judeus haviam entrado como turistas no Brasil e permanecido, e que outros quarenta mil haviam atravessado clandestinamente as fronteiras com o Uruguai, Paraguai e Argentina. A Polícia do Distrito Federal queixou-se acerca de um 'aumento visível no número de judeus europeus [no Rio] [...], sendo da opinião que uma considerável parcela desses judeus entrou ilegalmente no Brasil'. Os supostos aumentos eram explicados pelas denúncias de que funcionários do serviço público no mundo todo estavam vendendo vistos brasileiros, e em resposta, foi proposta para Vargas a criação de uma Divisão de Imigração Judaica." (p. 231)

O fato é que o Censo de 1940 foi o primeiro a trazer informações fidedignas sobre os números da presença dos judeus no Brasil. No censo anterior, o de 1920, a presença judaica no país ainda não era significativa e a qualidade dos dados era muito duvidosa.

Embora a presença judaica no Brasil seja antiga e remonte ao período colonial, é só a partir da segunda metade dos anos 20 que o fenômeno atinge proporções de massa. Até então, a maior parte dos judeus que abandonava a Europa se dirigia para os Estados Unidos, o Canadá ou a Argentina. A imposição de cotas restritivas nesses países obrigou-os a adotar um novo destino. O Brasil, que em muitos casos era parada obrigatória no trajeto dos navios que se dirigiam à Argentina, tornou-se uma alternativa natural.

Os já instalados construíram um sistema comunitário que estimulava a vinda de novos grupos. A troca de informações com a Europa espalhou a notícia

da boa acolhida e gerou um fluxo migratório que se intensificou fortemente com o recrudescimento do anti-semitismo na Europa.

"A medida que os judeus prosperavam [no] Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná [...] eles enviavam uma nova mensagem para a Europa. O Brasil [era] uma terra de prosperidade e poucos conflitos religiosos. O substancial crescimento econômico e industrial ocorrido após a Primeira Guerra Mundial gerava empregos e, para os judeus que encontravam restrições econômicas no Leste europeu, a economia brasileira em desenvolvimento funcionava como um ímã." (pp. 60-61)

O crescimento da comunidade chamou a atenção daqueles que queriam usar os judeus como bode expiatório para os problemas do país. Uma série de medidas restritivas colocadas em vigor por Getúlio culminaram com a assinatura, em 7 de junho de 1937, da Circular Secreta 1.127, proibindo a emissão de vistos para pessoas de "origem semítica".

"Por que os judeus, que constituíam uma pequena parcela das grandes levas de imigrantes vindos da Europa e do Oriente Médio, causavam tamanha consternação a ponto de serem praticamente proibidos de entrar no Brasil?", pergunta Lesser. "E por que, apenas um ano após a proibição, mais judeus entraram no Brasil legalmente do que em qualquer período das duas décadas anteriores?"

Para responder a estas perguntas, Lesser lembra que a chegada dos judeus ao Brasil coincidiu com um período de intenso dinamismo da economia nacional e de grande mobilidade da sociedade. O país se industrializava, ao mesmo tempo em que sua população se urbanizava rapidamente. Os judeus aproveitaram com grande apetite as oportunidades abertas por esse dinamismo e, principalmente, pelo acesso à educação, que não tinham na Europa. A combinação desses dois

fatores deu grande proeminência à comunidade.

Mas atraiu também a atenção de quem procurava usar o imigrante como arma eleitoral. Além do desenvolvimento econômico, o país experimentara um grande crescimento demográfico, e parte dele era devido à imigração. A retórica antiimigratória continha um fator de poderosa atração sobre o eleitorado urbano.

Ataques aos judeus partiam de diversos segmentos da sociedade: acadêmicos, imprensa, militares e políticos. A fascinação e, ao mesmo tempo, a aversão provocadas pelos judeus deviam-se, em parte, à visibilidade do grupo, resultante da sua concentração espacial em bairros de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, bem como da sua concentração ocupacional, principalmente como mascates e comerciantes de tecidos.

Seu sucesso, porém, chamava a atenção. Em pouco tempo, setores da sociedade fomentavam a idéia de que a imigração estrangeira era uma das causas do desemprego, da desordem econômica e da insegurança social. Os movimentos nativistas escolhiam como alvo os grupos que não se adequavam aos ideais "europeus" de branqueamento da sociedade brasileira. "Considerando-se que a Europa não era vista como espaço geográfico, mas sobretudo como uma construção social que incluía concepções de cor e religião", diz Lesser, "os vários judeus que entravam no Brasil vindos da Europa eram considerados como um grupo 'não-europeu'".

Os judeus, ao lado dos japoneses, tornaram-se o principal alvo dos nativistas. Os japoneses, contudo, possuíam defensores: os fazendeiros, que se interessavam pela sua presumida vocação agrícola, e o governo federal, que percebia o crescente poderio militar do Japão. Judeus, por sua vez, eram um alvo mais fácil para o sentimento xenófobo.

Um dos setores do governo em que o anti-semitismo se manifestou de maneira mais vigorosa foi no corpo diplomático.

A crescente imigração de judeus para o Brasil, apesar da legislação restritiva, deu origem a um intenso debate entre altos funcionários do Itamaraty. Embaixadores em países com grande população judaica enviavam comentários sobre a conveniência ou não de serem admitidos imigrantes desse grupo, muitas vezes repetindo os delirantes argumentos da retórica anti-semita da época. "Esses altos diplomatas desempenhavam um papel-chave no debate sobre a imigração judaica, que encaravam basicamente como uma questão social", escreve Lesser. "Alegavam que os imigrantes judeus iriam levar o Brasil à ruína racial, cultural e política, e a correspondência enviada por funcionários do serviço estrangeiro geralmente retratava cada imigrante judeu como um subversivo em potencial" (p.107).

A despeito das restrições, os judeus continuavam a chegar ao Brasil, com o apoio da comunidade já instalada. O caráter ambíguo da legislação deixava brechas que eram exploradas por familiares e representantes das instituições comunitárias. Frequentemente a burocracia tinha de interpretar por conta própria as ambigüidades da lei, o que muitas vezes era feito ao sabor de injunções políticas e pessoais. Assim, se ao escritor judeu alemão Stefen Zweig foi concedido um visto, ao antropólogo judeu francês Lévi-Strauss a permissão foi negada.

A pressão internacional para que o Brasil aceitasse refugiados judeus fugidos do nazismo, a eclosão da Segunda Guerra Mundial e "lentas mas importantes mudanças na forma com que judeus europeus eram vistos pelos altos escalões da burocracia governamental", de acordo com o autor, começaram a alterar a situação a partir de 1939.

Os estereótipos tradicionais sobre judeus – como estando interessados em se estabelecer apenas em áreas urbanas, jamais na terra, serem voltados para as finanças e poderosos em âmbito inter-

nacional –, que antes pareciam tão ameaçadores, passaram a ser indicadores de sua utilidade para o desenvolvimento econômico do país, num momento em que se acelerava a transição de uma estrutura agrária e tradicional para outra urbana e moderna. Intelectuais, cientistas, profissionais e empresários que abandonavam a Europa passaram a ser vistos como de interesse para o país. Um exemplo simbólico é o do próprio Mortara, que, como muitos outros cientistas judeus fugidos do nazismo e do fascismo que aqui se estabeleceram, deixou uma marca pessoal na história da ciência brasileira.

Em 1942 Vargas rompeu relações com os países do Eixo e logo depois o Brasil entrou na guerra ao lado dos aliados. O novo alinhamento no cenário internacional obrigou Vargas a promover reformas na sua estrutura de sustentação política. Importantes ideólogos do autoritarismo nacionalista, como Francisco Campos e Filinto Müller, foram apeados do poder.

Por outro lado, uma nova mas crescentemente poderosa voz no debate nacional defendia a presença de judeus como benéfica, sobretudo do ponto de vista econômico. No dia-a-dia da sociedade brasileira esta posição foi a voz mais corrente. A retórica anti-semita ficara restrita aos círculos do poder e a pequenos segmentos das elites, não tendo chegado em intensidade significativa à base da sociedade brasileira.

No cotidiano de suas vidas, cada vez mais integrados à sociedade brasileira, os judeus se sentiram acolhidos pela tão decantada quanto discutida cordialidade nacional. Sua contribuição para a consolidação da cultura brasileira foi importante, como previam os que defendiam sua permanência. Afinal, os indesejados acabaram recebendo as boas-vindas do gigante adormecido. Mas um anti-semitismo difuso ainda se esconde nas entranhas do nosso inconsciente coletivo. De tempos em tempos ele se manifesta, apenas para nos lembrar da apavorante banalidade do mal.

(Recebido para publicação em setembro de 1996).